

1  
9  
6  
2

# II SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA



FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

# ANAIS

## CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA AGRÁRIA DO PARANÁ — II: MUDANÇA NA ESTRUTURA AGRÁRIA DOS CAMPOS GERAIS.

ALTIVA PILATTI BALHANA (\*)

### PROBLEMA:

Até que ponto a introdução de novos contingentes populacionais condicionou a criação de uma nova estrutura agrária nos Campos Gerais?

### INTRODUÇÃO

Observando evidências de mudança na estrutura arcaica dos Campos Gerais, iniciamos a análise desta mudança estrutural que se vem processando naquela paisagem agrária desde a segunda metade do século XIX.

O estudo da colonização recente nos Campos Gerais, ou seja de casos presentes, bem próximos a nós, permite focar alguns elementos que de maneira positiva ou negativa hajam contribuído, influenciado ou retardado esta mudança. Por outro lado, oferece ainda possibilidades de melhor compreensão e interpretação do passado.

Ao seguirmos esta orientação, pretendemos não perder de vista a verdade apontada por Marc Bloch, na introdução do seu clássico estudo sobre "Les caractères originaux de l'histoire rurale française", quando ali afirmou que "l'histoire est, avant tout, la science d'un changement" e também que "plus que tout autres, ceux qui se veulent aux études agraires, sous peine de ne pouvoir épeler le grimoire du passé, il leur faut, les plus souvent, lire l'histoire à rebours", sugerindo assim procedimentos metodológicos, para os estudos agrários, que permanecem válidos, razão pela qual foram adotados no presente estudo. (1)

### 1 — IMIGRAÇÃO, FATOR DE MUDANÇA AGRÁRIA.

O aparecimento de uma nova estrutura agrária nos Campos Gerais parece estar ligado à introdução de novos contingentes populacionais naquela área.

(\*) Docente-Livre de História da América, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná.

(1) Bloch, Marc — Les caractères originaux de l'histoire rurale française, p. X, tome premier, Armand Colin, Paris, 1960.

É fácil compreender que uma região pobre de capitais e de elementos humanos dependesse para sua renovação de intervenções externas, mais do que de iniciativas locais.

Assim também o compreenderam os governantes da Província do Paraná, recém instalada. Desde os primeiros tempos de sua emancipação administrativa se procurou promover uma política imigratória adaptada às condições particulares da Província.

**“Não há por hora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a industria agricola se acha nella em tal pé que torne praticavel o systema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na provincia vizinha. Assim se o governo provincial quizer promover a colonisação, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou hade ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou emprezas que quizerem importal-os, ou hade tornar-se emprehendedor de industria, montando por sua conta estabelecimentos agricolas e coloniaes aonde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes...**

Fica entendido que, quando assim me exprimo, refiro-me unicamente à colonisação propriamente dita, isto é, à que se promove no intuito de cultivar as nossas terras, e não à importação, por conta do governo, de operarios e gente propria para o serviço de estradas e obras públicas, aos quaes nunca pode faltar pronta ocupação e immediatos lucros n'uma provincia nova, balda do pessoal preciso aos trabalhos deste genero”. (2)

Embora as obras públicas se ressentissem da falta de braços, as autoridades provinciais ensaiam firmar o princípio de que os cofres públicos deveriam apenas financiar a imigração destinada à agricultura.

No ano seguinte, aparecem melhor definidos os rumos que seguiria a política imigratória da provincia paranaense, tomando o sentido que perdura até o presente.

**“Não contando a provincia proprietarios habilitados a receber colonos por salario ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é a chamada — pequena—, portanto, a que menos se presta a colonisação por aquelles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terra por módico preço, que se hade realisar, em meu entender a colonisação nesta provincia”... (3)**

Ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se

---

(2) Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, p. 45 — Curytiba, 1857.

(3) Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado na Abertura da A. Legislativa Provincial em 7-1-1858, p. 21 — Curytiba, Typ. Paranaense, 1858.

destinava a suprir a carência de mão de obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, a não ser a eventual introdução de trabalhadores para as obras públicas, sobretudo construção de estradas, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento.

Analizando a situação da agricultura na Província dizia o seu Presidente: “É para lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a canna, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mór parte daquelles generos. Este estado de cousas porem tenho continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vieram povoar vossas terras vastas e fecundas, apparecerá a abastança dos generos alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao commercio de exportação dos productos agricolas. ”. (4)

A vinda de “colonos morigerados e laboriosos” era assim considerada necessária para solucionar a escassez e a carestia de produtos agrícolas que não eram apenas regional, mas de todo o país. Dá testemunho deste fato a publicação das “Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros Alimentícios no Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1860”.

Além de remédio contra a decadência da produção agrícola, a imigração, já naquele momento, aparece como um fator de progresso agrário, como pode ainda ser constatado pelo mesmo Relatório: “Abusaria de vossa illustração se me occupasse de demonstrar-vos a necessidade de promoverdes a emigração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores de processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao manejo e cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a província, e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o genero de produção agricola; limitar-me-ia pois a indicar-vos o meio, que me parece mais adoptavel, para consecução de tão almejado bem”. (5)

Considerando que os recursos da Província não eram suficientes para atingir esse fim, regozijam-se as autoridades provinciais com as medidas tomadas pelo governo imperial no intuito de promover ou facilitar a imigração. “Felizmente os Poderes do Estado compreendendo toda a importancia da colonisação nas circunstâncias atuais do paiz, e vendo malogradas as diversas tentativas, que se tem feito em vários pontos do Império no intento de promover-se a emigração, habilitarão o governo imperial com amplos meios, para cuidar desse ramo de serviço, a que o mesmo governo acaba de dar valioso impulso celebrando com a Associação Central de Colonisação um contracto, pelo qual se obriga a importar avultado numero de colonos”. (6)

(4) Op. cit. F.L.M. 1858, p. 35.

(5) Op. cit. 1858, p. 21.

(6) Op. cit. 1858 — p. 35.

Ainda para facilitar a vinda de colonos “a lei de 18 de setembro de 1850 assim o visou, ordenando a demarcação dos terrenos de modo e extremar o domínio publico” (7); o governo imperial determinava na mesma ocasião, a redução dos preços da terra. Em consequência foi autorizada a venda da braça quadrada a um real e a meio real. (8) Recomendava-se ainda à presidência da Província que atentasse “a posição e circunstâncias do pretendente, quando pertença a classe de colono, não imponha outro preço senão o mínimo, acima marcado, ainda às terras de primeira qualidade”. (9)

Os frutos da orientação conjunta das autoridades imperiais e provinciais logo se fizeram sentir. Aos três estabelecimentos coloniais existentes na Província, no momento da sua emancipação, dezenas de outros se vieram somar. Por volta de 1879 só no rocío de Curitiba, eram mais de vinte as colônias existentes.

A imigração introduziria no meio rural paranaense elementos de renovação que iniciariam o processo da mudança da sua estrutura agrária.

## 2 — CAMPOS GERAIS:

### Integração dos Campos Gerais no programa de colonização desenvolvido pelo governo provincial.

Abstraindo a apreciação dos resultados alcançados, pelo governo provincial com sua política imigratória, é interessante precisar, a partir de que momento, e até que ponto, foram os Campos Gerais atingidos ou envolvidos pelo programa oficial de colonização.

O contrato celebrado entre o governo imperial e Charles William Kitto, em abril de 1873, parece haver sido a primeira tentativa de localizar imigrantes naquela área. Em dezembro de 1875, apresentou-se ao governo da Província o capitão Rewington que, em nome do contratante, vinha executar os trabalhos preliminares necessários ao cumprimento do contrato, que previa o “estabelecimento de 30 mil imigrantes da Inglaterra”. As terras estavam sendo medidas e situavam-se, no vale do Iguazu, nos municípios de Palmeira e Lapa. A precipitação no envio dos colonos pelo contratante, que permanecera na Inglaterra, e a constatação de que o mesmo carecia de recursos, e contava tão somente com o auxílio do governo para instalar o núcleo, fez com que fosse rescindido o contrato, em dezembro de 1876. As famílias já chegadas encontraram ocupação em Curitiba. (1)

A esta frustrada tentativa de colonização inglesa seguiu-se novo projeto. Desde o final do ano de 1876 aparecem na imprensa da Província, bem como do Império e mesmo internacional, notícias de que

(7) Relatório de José Francisco Cardoso, 1860 — p. 60.

(8) Braça quadrada igual 4 metros quadrados.

(9) Relatório de Francisco Liberato de Mattos, 1959, p. 19.

(1) — Relatórios de A. Lamenha Lins — 1876, 1877.

um empreendimento colonizador de vulto seria desenvolvido nos Campos Gerais. Referem-se à visita de uma “comissão russa que anda à procura de local apropriado para estabelecimentos coloniais. O sr. Grüber a acompanhou duas vezes aos Campos Gerais, dos quaes traz optimas recomendações. Não podemos ao certo, saber se realizar-se-hão os projetos que induziram alguns importantissimos lavradores russos a tentar tão util commetimento”. (2)

As reflexões algo apreensivas sôbre a viabilidade do projeto foram dissipadas em seguida, pois “a comissão russa tendo à sua frente o sr. Grüber dirigiu-se ao interior da provincia e com toda a satisfação communicam-nos que encontraram campos e mattos nos lugares Tamandoá, Redondo e Alegrete”.

Fato êste depois confirmado pelo relatório presidencial. “Ligando como cumpria, toda importância a esta nova immigração, procurou o governo e a inspetoria geral, proporcionar-lhe todos os meios para que ella se estabelecesse inteiramente a seu contento e neste sentido foram-lhe mostradas as terras das importantes fazendas do Tamandoá, Papagaios e Alegrete, que ficam situadas logo depois da Serrinha e a margem da importante estrada Matto-Grosso, bem assim as terras dos municipios de Palmeira, Ponta Grossa e Castro, que, embora um pouco afastadas, poderiam offerecer as condições desejadas”. (4)

Realmente, o relatório dos componentes da comissão russa, Karl Hartmann, Jacob Muller e Gottfried Meier, revela que êles tiveram amigável acolhida dos governantes brasileiros, e particular assistência do presidente Lamenha Lins da Província do Paraná. Êstes observadores, depois de percorrerem o sul do Brasil, escolheram terras de campo limpo em Ponta Grossa, Palmeira e Lapa para o estabelecimento de suas colônias e plantações de trigo. (5)

Ao lado das manchetes relativas à guerra Russo-Turca mereceu atenção da imprensa internacional a imigração russa. O Times, de 18 de abril de 1877, noticiava que 200 mil colonos alemães do Sul da Rússia haviam resolvido emigrar para o Brasil, e outras partes da América, em virtude da ameaça de serem alistados no exército russo. (6)

Êstes migrantes haviam primeiramente ido fixar-se na região do Volga, entre os anos de 1764 e 1767, oriundos da Alemanha, em grande parte naturais de Hessen, Württemberg, Pfalz e Franken, na época

---

(2) — Dezenove de Dezembro — Anno XXIII — n.º 1759 — 32 de novembro de 1876, Curytiba.

(3) — Dezenove de Dezembro — Anno XXIII — n.º 1760 — 25 de novembro de 1876, Curytiba.

(4) — Relatório de 1878 J. Bento de Oliveira Jr. p. 52.

(5) — Fugmann W. — Die Deutschen in Paraná, p. 32, Empresa Ed. Olivero, Curytiba, 1929.

(6) — Times, 18 de abril de 1877, Londres.

de Catarina II, princesa alemã do Anhalt-Zerbst. Ela, como seria natural, lhes fez vantajosas concessões porque desejava introduzir culturas agrícolas nas “incultas estepes do Volga”. Por isso consentiu, por decreto, que os alemães do Volga gozassem do direito de administração própria, jurisdição alemã, escola, igreja, enfim cultura alemã e mais ainda isenção de serviço militar. Estes privilégios foram pouco a pouco sendo retirados até que, em 1874, se quis também retirar-lhes a “liberdade militar”, razão pela qual muitos decidiram abandonar a Rússia. (7)

Comentando aquela notícia do Times, o correspondente do Jornal do Commercio, em Londres, escrevia: “Suppondo que a noticia seja exacta, no que respeita ao Brasil, o que até certo ponto é confirmado pela recente visita que a esse paiz fez uma deputação destes colonos, e, que nem o governo russo, nem a guerra com a Turquia ha de impedir a proposta emigração, devemos esperar que os emigrantes não cheguem às nossas plagas em partidas demasiadamente grandes, antes de estarem feitos ahi os preparativos para recebê-los e mantê-los até chegarem ao seu destino, para o seu prompto estabelecimento nas terras que lhes forem distribuidas e para o seu sustento e abrigo na colonia enquanto o seu próprio trabalho não lhes fornecer casa e alimento. Pois, de outro modo, a sua emigração pode ser causa de mais uma censura ao Brasil”. (8) Referia-se, certamente, à repercussão desfavorável que outras emprêsas do mesmo gênero, haviam provocado anteriormente.

Em setembro de 1877 chegaram ao Brasil os primeiros “immigrantes russos”. Na Provincia a nova repercutiu favoravelmente. “Temos a satisfação de communicar aos nossos leitores que se acha na corte a primeira expedição de colonos russos, que se destina a esta provincia. A Sua Excia., o Sr. Dr. J. Bento de Oliveira Junior caberá a dicta de iniciar o estabelecimento d’aquelles laboriosos emigrantes”. (9)

Além da linguagem efusiva, a notícia vem acompanhada por comentários de regozijo e aplausos pelo especial significado da iniciativa. Ela representava um esforço das autoridades provinciais no sentido de estender, até o segundo planalto, os benefícios do sistema de colonização que vinha sendo posto em prática na marinha e no primeiro planalto.

A expectativa em torno do projeto era imensa. Vinte mil imigrantes eram esperados. “A provincia toda como é facil de crer-se, achava-se enthusiasmada com esta aquisição, que julgava importantissima”. (10)

Na Córte porém, ao lado da expectativa, havia alguma apreensão.

---

(7) — Fugmann, op., cit., p. 31.

(8) — Jornal do Commercio, 18 de maio de 1877, Rio de Janeiro.

(9) — Dezenove de Dezembro — Anno XXIV — n.º 1844 — 26 de setembro de 1877, Curitiba.

(10) — Relatório do Presidente J. B. Oliveira Jr., p. 52, 1878.

O Jornal do Commercio, comentando a chegada dos imigrantes, assim se expressava: **“a julgar pelas repetidas expedições que ultimamente tem chegado ao nosso porto, a corrente da imigração espontanea russo-alemã será dentro em pouco uma realidade, se causas supervenientes não vierem transtornal-a. Confiamos, portanto, que medidas promptas e adequadas serão tomadas, afim de que não se mallogre tão almejado desideratum”**. (11)

Porém, o govêrno provincial mostrava-se confiante no êxito de empreendimento **“tenho completa confiança no pleno sucesso da colonização russa em Campos Geraes, que, disse o sábio Saint Hillaire, é o paraíso terrestre do Brasil, a sua região mais apropriada à colonização européia. Ali começam a chegar as primeiras turmas de imigrantes russos, a população nacional os recebeu com alegria e, mostram-se elles satisfeitissimos do paiz e do acolhimento que tiveram”**. (12)

Efetivamente, em novembro de 1877, partia para Ponta Grossa a primeira expedição de colonos, logo seguida de outras, de tal modo que em fins de dezembro já passavam de mil os imigrantes encaminhados para os Campos Gerais.

Nos três municípios, destinados a receber russos-alemães, encontravam-se comissões de engenheiros e agrimensores procedendo a compra, medição e distribuição das terras para o estabelecimento das colônias.

Os contingentes de imigrantes foram alojados, provisoriamente em casas particulares, nas sédes urbanas daqueles municípios, onde permaneceram aguardando que fôsem ultimados os preparativos para a sua instalação nos respectivos lotes coloniais.

Em alguns casos a espera prolongou-se por meses, como é possível constatar-se através das datas de fundação dos diversos núcleos coloniais. Houve, portanto, um pernicioso período de inatividade e expectativa, depois de tão longa viagem, que teria reflexos no bom andamento da empresa. (Quadro I)

Segundo as informações contidas nos relatórios oficiais, a acolhida por parte da população local foi amável e generosa. Joaquim Bento de Oliveira Jr., em seu relatório de 1878, faz especial menção ao **“prazer com que foram os colonos recebidos pela população do lugar”**, salientando ainda que muitas famílias presentearam os recém-chegados com **“algumas vaccas, o que muito os contentou, visto como pretendiam elles adoptar aqui o systema de agricultura que tinham na Europa, dedicando-se simultaneamente a cultura de cereaes e criação de gado”**. (13)

(11) — Jornal do Commercio outubro de 1877, Rio de Janeiro.

(12) — Relatório de Jesuino Marcondes 1.º Vice-Presidente, 1878.

(13) — Relatório de 2 de fevereiro de 1878, Joaquim Bento de Oliveira Jr. p. 52, Curitiba, 1878.

QUADRO I

Municípios para onde seguiram	Época em que seguiram	Número e idade dos colonos			
		+ de 10 anos	— de 10 até 3 anos	— de 3 anos	TOTAL
Ponta Grossa	Novembro e Dezembro de 1877 e Julho, Agosto e Outubro de 1878	1.646	461	274	2381
Palmeira	Fevereiro, Março e Abril de 1878	751	230	120	1101
Lapa	Março, Abril, Maio e Outubro de 1878	238	63	26	327
					3809

As autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fôsse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural.

As terras compradas pelo govêrno a fim de instalar os novos colonos foram, via de regra, antigas fazendas, e não constituíram um bloco único. Assim, cada uma das colônias estabelecidas nos três municípios, era composta por vários núcleos coloniais dispersos, e por vêzes, bastante distantes um do outro.

Os núcleos que compunham cada colônia constituíram estabelecimentos confissionais fechados, na sua maioria católicos.

O equipamento inicial dos núcleos, constituído de gado vacum e cavalar, arados, carros e sementes, foi razoável, porém os resultados de suas primeiras colheitas foram uma decepção:

**“Der rohe Camp eignete sich aber sehr schlecht zum Weizenbau, und die Enttaeuschung hatte bald eine starke Abwänderung zur Folge. Der Weizen gedich nicht nach Wunsch, und die Leute waren ganz entmutigt und wanderten ab”. (14)**

Realmente, apenas instalados, começou a retirada. Rodrigo Octavio ao desembarcar em Paranaguá, para assumir a presidência da Província, já encontrou naquele porto, russos-alemães, à espera de repatriação.

O Dezenove de Dezembro de 10 de abril de 1878, publica sob o título “Transcripção” a seguinte notícia: “A imprensa de S. Petersburgo reclama contra a triste condição em que se diz estarem 400 emigrantes russos que vieram para o Brasil, levados pelas sugestões dos agentes brasileiros a emigrar para a provincia do Paraná, onde não sòmente encontraram um clima inconveniente, mas também terra imprópria para cultura, e, por consequencia, estão na mais funda miséria”. Até aqui a notícia, depois o seu comentário: “A imprensa russa propõe que se mande um navio e que sejam transportados para a Sibéria. Uma imperatriz da Rússia chamou seus antepassados alemães à Rússia, garantindo-lhes e a seus descendentes perpétua isenção do serviço militar que as suas crenças religiosas vedavam. Um imperador da Rússia acabou com esta garantia imperial e como única compensação permitiu-lhes que emigrassem dentro de um certo prazo. Por uma questão de consciência este povo emigra em massa, sacrificando patria e comodidade, afim de livrar-se do odioso jugo da Rússia, e não obstante, a veridica imprensa de S. Petersburgo parece acreditar que os emigrantes para a provincia do Paraná estão desejando vivamente outra vez a lei russa e as delicias da Sibéria. Antes de emigrarem, esses russos mandaram delegados, que examinaram a provincia, verificaram o delicioso clima daquellas paragens e nellas

(14) — Fugmann W. op. cit. p. 33.

escolheram local para estabelecimento dos colonos que os tinham mandado. Não ouvimos queixas dos colonos que já chegaram à província; todos elles parecem satisfeitos, e, na verdade, os emigrantes seriam muito desarrazoados se se queixassem do clima do Paraná e desejassem sujeitar-se outra vez ao talão de ferro do despotismo russo". (15)

Apesar do Dezenove de Dezembro, jornal officioso do govêrno provincial, negar a existência destas queixas, a taxa de emigrantes saídos da Província pelo pôrto de Paranaguá foi tão alarmante que o amanuense encarregado de organizar os mapas do movimento do pôrto julgou conveniente juntar uma nota explicativa ao mesmo.

**"Mappa estatístico da emigração no porto da cidade de Parana-guá, durante o anno de 1879.**

Nacionalidade	Entraram	Sahiram	Differença
Americanos do norte	330	63	
Alemães	3	2	
Austriacos	10	8	
Brazileiros	1.115	920	
Dinamarquezes	2	—	
Francezes	25	30	
Hespanhoes	7	6	
Inglezes	17	28	
Italianos	752	437	
Portugueses	33	21	
Prussianos	1	14	
Russos	4	1.960	
Suecos	1	—	
Suissos	3	3	
Total	2.303	3.492	1.189

Resumo

Emigração

Entraram	2.303
Sahiram	3.492
Differença	1.189

Pela presente demonstração V. Ex. se dignará ver que houve na emigração uma differença para mais de 1189 estrangeiros sendo a causa principal desta differença a repatriação dos russos alemães em número de 1960 que se achava nos Campos Geraes. Convem deixar consignado que a maior parte da repatriação se dera antes da administração de V. Ex. que data de 23 de abril, pois que de Janeiro

(15) — Dezenove de Dezembro, Anno XXV, n.º 1899 de 10 de abril de 1878, Curytiba.

**a principio de Maio, quando era impossivel que V. Ex., podesse evitar a sahida dos que já se achavam em Paranaguá, a espera do vapor que os transportasse à Europa, foi a repatriação de 1455 russos-alemães. Felizmente V. Ex. por suas providencias e acertadas medidas soube conter o grande movimento de repatriação". (16)**

Deve juntar-se aos repatriados através de Paranaguá aquéles que saíram por via terrestre em direção ao sul, cujo número pode apenas ser estimado.

O Jornal do Commercio de 26 de novembro de 1877 relatava o seguinte: "O governo imperial auxiliou a imigração russa com importantes sommas, deu transporte aos colonos, sustentou-os durante longos mezes, colocou-os em boas terras, em região fértil e bem situada. O governo fez, pois, tudo quanto podia fazer no caso. Eis porém que emissários argentinos que recebem uma libra esterlina por cabeça de colono russo, que do Brasil levarem para a Confederação, penetram na Colonia Bocca do Monte, não obstante toda a vigilancia da policia, e ahí começam a instigar os russos a transmigração para o Rio da Prata. Para conseguirem os seus reprovados fins, argumentam com a superioridade das terras de campo da Confederação, lisongean-do assim uma maioria dos russos, e especulam por outro lado com o fanatismo religioso dos mesmos, figurando o Brasil como minado pelo scepticismo e descrença. Os pobres e ignorantes colonos instigados por esses especuladores, resolvem ir para o Rio da Prata e com este fim se poem em marcha para Porto Alegre". (17)

Afinal dos 20 mil colonos esperados, vieram apenas 3.809, o que significa menos de 25% do total previsto e dêles permaneceram nos Campos Gerais somente cerca de 50%, e isto sem levar em conta os que saíram por via terrestre.

Em 1880 das 659 casas coloniais construídas para alojar êstes imigrantes apenas 292 estavam ocupadas, sendo que 317 estavam abandonadas e 50 encontravam-se em mau estado. (18)

Nesta mesma data a situação dos colonos remanescentes era a seguinte conforme o relatório de Souza Dantas, de 16 de fevereiro, à Assembléa provincial: "dedicam-se a plantações em pequena escala. A sua cultura consta de milho, feijão, centeio e batatas, que este anno promettem uma colheita assaz sufficiente para o consumo do estabelecimento" ou "sua plantação é resumida, consta de 2 e meio alqueires de milho, 2 e meio ditos de feijão e 500 pés de fumo", "entre os núcleos o de Moema dá sinais de prosperidade pois a sua plantação consta de 7 e meio alqueires de milho, 6 e meio de feijão, 25 de centeio, 4 de trigo, 4 de avêa, 2 de trigo sarraceno, 4.000 pés de fu-

(16) — Relatório apresentado ao presidente da provincia Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, pelo juiz de Direito, juiz Barreto Correa de Menezes, Chefe da Polícia da Provincia, em 3/1/1880, p. 43.

(17) — Jornal do Commercio, 26 de novembro de 1877, Rio de Janeiro.

(18) — Relatório de Manuel de Souza Dantas Filho, 16/2/1880 p. 66.

**mo e diversas qualidades de hortaliças”, mas como o fato constitue exceção, aparece convenientemente comentado, “a animação que se nota no trabalho destes colonos, parece ser devida ao método por elles adophthado na preparação da terra para a qual empregam estreme, que com muita difficuldade reunem”. (19)**

Na maioria dos núcleos, a agricultura ficou restringida ao cultivo do milho, feijão, batatas, cuja produção apenas, e mal, bastava para o sustento dos próprios colonos. Por esta razão visando prover os colonos com algum recurso extra, uma vez que os núcleos foram prematuramente emancipados em outubro de 1878, o governo autorizou seu emprêgo nos trabalhos de construção e reparo de estradas. O engenheiro da estrada Matto-Grosso recebeu instruções para **“empregar os colonos russos alemães dos Campos Geraes, nos trabalhos da estrada, da Serrinha a Palmeira, e desta localidade à Ponta Grossa, a fim de dar-lhes salario para auxilia-los em seu definitivo estabelecimento”**. (20)

A fim de que os colonos da Lapa fôsem equiparados aos demais foi-lhes proporcionado serviço em consêrtos de que **“carece a estrada que d’ali se dirige a esta capital”**.

Sôbre a eficácia dêste procedimento no sentido de fixar os colonos, manifestou dúvidas o diretor do núcleo de S. Quitéria em officio dirigido ao Presidente da Província.

**“Não há certeza de que o governo consiga por esse meio, os beneficos resultados que teve em vista. Em vez de ministrar aos colonos meios de iniciarem suas lavouras pode concorrer indiretamente, para que elles se repatriem mais facilmente”**. E como prova, cita o caso de alguns colonos do Lago que após receberem seus salários, correspondentes a serviços prestados na estrada de Palmeira, começaram a **“effectuar o movimento de repatriação”**. (21)

Por outro lado, já a partir de 1879 aparecem russos-alemães ocupados nos serviços de transporte. Com referência aos colonos do Lago, diz ainda outro relatório, que desprezam as atividades agrícolas porque **“empregão-se de preferencia em dar conducções em carroças”**. Esta atividade rendosa seria de grande importância para os colonos russos-alemães, **“muitos dos colonos retirantes se haviam applicado ao transporte de mercadorias, realisando quasi invariavelmente 100\$000 liquidos em cada viagem”**. (22)

Seu entrosamento na economia do mate não tardou, os colonos do núcleo D. Adelaide **“não se dedicão à lavoura, ocupão-se elles quasi exclusivamente no transporte de herva mate, que vão comprar no sertão”**. (23)

---

(19) — Relatório de Souza Dantas, 1880 p. 63.

(20) — Relatório de Souza Dantas, 1880 p. 27.

(21) — Relatório de Rodrigo Octávio, 1879, p. 61.

(22) — Relatório Rodrigo Octávio, 1878, p. 58.

(23) — Relatório Souza Dantas, 1880 p. 63.

Este fato é de grande significação pois somente participando do comércio do mate é que eles encontrariam uma atividade capaz de garantir sua sobrevivência e prosperidade. Para isto foi, portanto, necessária sua integração na conjuntura econômica do momento paranaense que estava fundamentada na exploração do mate.

É certo que a má colheita, decorrente das deficiências do solo, atuou de modo ponderável no ânimo dos imigrantes, levando-os ao abandono da lavoura, para a qual vieram destinados, ou, ao abandono das terras, o que foi incontestavelmente mais grave.

As apreciações até hoje feitas sobre a colonização dos alemães do Volga nos Campos Gerais, têm sido conduzidas em sentidos opostos, ambos condenatórios e pouco explicativos.

Primeiramente houve uma total condenação dos imigrantes que, qualificados como **“muito ignorantes, teimosos, indolentes, invejosos”**, não haviam correspondido às esperanças do país que os acolheu generosamente, com terras férteis e todo o apôio oficial e particular. (24)

O fundamento documental para a adoção dessa atitude foi o relatório do Presidente Rodrigo Octavio que, embora tendo passado apenas um ano no Paraná, de março de 1878 a março de 1879, dedicou 16 páginas do relatório com que passou a administração da Província, à colonização russa nos Campos Gerais. Sua crítica aos colonos revela, mais que a ineficiência dos mesmos, a sua própria incapacidade de compreender outras culturas. Sua atitude indignada porque os russos semeavam milho e feijão à lanço à maneira da semeadura do trigo ou centeio, é um indício da sua pouca sensibilidade para o conservadorismo inerente às populações rurais. Por outro lado, êle ao assumir a presidência veio já com um juízo formado **“à priori”** sobre os colonos, pois começa o relatório dizendo que, a pedido de fazendeiros de S. Paulo estivera na Inspetoria Geral de Colonização, no Rio de Janeiro, em 1877, para obter informações sobre colonos russos, e influir que procurassem aquela província, mas o chefe daquela repartição lhe dera a seguinte resposta: **“as informações não são boas e aconselho aos fazendeiros de S. Paulo que não pensem em semelhante gente”**. Ao chegar ao Paraná constatou com surpresa que aqui estavam alojados mais de dois mil colonos russos. (25)

Outra tendência adotada na apreciação dos resultados da colonização russa, é aquela de acusar aos governantes pela sua imprevidência, colocando os imigrantes em terras infecundas e à míngua de qualquer recurso. O apôio documental para esta atitude foi o relato de Taunay que, ao passar pelos Campos Gerais, comenta o malôgro da colonização russo-alemã **“que repercutio em todo a Europa e nos trouxe inumeros desgostos e vexames. Quantas sommas de dinheiro tem o Brasil perdido, quantas decepções soffrido e quantos males propor-**

(24) — Relatório de Rodrigo Octavio, 1879 — p. 53.

(25) — Rodrigo Octavio op. cit. p. 52.

**cionado a inumeras pessoas com o pessimo e anti-scientifico sistema de atirar grupos de imigrantes em pontos invios, longe de todos os recursos e relações sociaes". (26)**

O curioso é que a condenação tornou-se extensiva aos Campos Gerais. O "paradis terrestre" de Saint Hilaire, a partir deste cometimento mal sucedido, foi considerado impróprio para qualquer atividade agrícola e portanto para a colonização. Generalizada a opinião de que aquêles Campos não comportavam outra atividade além da tradicional exploração pastoril, intensificou-se a procura de terras de matas para a agricultura. A reconquista dos Campos Gerais para as atividades agrícolas é bastante recente.

Hoje à vista dos empreendimentos coloniais agrícolas realizados com êxito, e dos recursos que foi necessário lançar mão para tal fim ser obtido, é possível a reavaliação dos fatores que concorreram para o insucesso da colonização dos alemães do Volga nos Campos Gerais.

### 3 — NOVAS CORRENTES IMIGRATÓRIAS NOS CAMPOS GERAIS

As iniciativas oficiais de colonização nos Campos Gerais, bem como o programa de desenvolvimento das atividades agrícolas naquela tradicional região de exploração pastoril, malograram.

Alguns novos contingentes de imigrantes, italianos, poloneses, etc., foram ainda encaminhados para os núcleos abandonados pelos rusos-alemães, muitos dos quais foram reorganizados.

Porém, a essa altura, os colonos antigos e novos já haviam aderido ao conceito de que os campos não podiam ser cultivados e só deviam ser usados para a criação de gado. Por isso, permaneceram efetivamente ocupadas, apenas aquelas colônias situadas em áreas mistas de campo e mata. Os colonos cultivando as terras de mata e utilizando o campo para o pasto, ingressaram na rotina do sistema de rotação de terras, adaptando-se às práticas agrícolas da estrutura arcáica.

Estas colônias, econômica, social e culturalmente sem expressão, pouco contribuíram para estimular novos empreendimentos colonizadores naquela região paranaense. Assim, muitos anos decorreram até que se pensasse em reconquistar os Campos Gerais para a exploração agrícola. As novas tentativas no sentido de desenvolver a agricultura nos Campos Gerais, resultaram agora de iniciativa particular.

As companhias construtoras de estradas de ferro, interessaram-se pela colonização das regiões abertas pelas suas ferrovias na intenção de valorizá-las, como o haviam feito nos Estados Unidos e Canadá.

A "Brazil Railway Company", que construiu a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, iniciou, em 1911, uma colônia na área de campo, situada entre Castro e Ponta Grossa. A colônia chamada Caram-

(26) — Taunay, A. de Escagnolle, Viagem do Presidente ao Iguaçu em março de 1886. Revista do Instituto Histórico, Tomo L, Parte II, 1887, Rio de Janeiro.

beí, destinava-se ao cultivo do trigo, havendo sido adquiridas para constitui-la as fazendas "Carambey" e "Pilatus". Em virtude da sua localização em pleno "campo limpo", circunstância considerada desfavorável pelos colonos, a Companhia proporcionou aos mesmos, condições muito vantajosas. Além de 50 hectares, cada família recebeu uma casa, 9 vacas, 2 bois de tiragem, um arado e arame farpado. Dêsse modo conseguiram atrair colonos, entre os quais alguns holandeses que se retiravam da colônia Irati para retornar à Holanda. Um deles, depois de instalado em Carambei, foi à Holanda procurar esposa e trouxe mais três imigrantes. Em 1912 vieram outros três holandeses, e um agente da Companhia conseguiu trazer mais um agricultor com 8 filhos. (1)

Depois dêsses pioneiros, a imigração holandesa ficou paralizada até 1935, quando foi feita nova tentativa para atrair imigrantes, preferencialmente portadores de algum capital. A propaganda da colônia na Holanda, foi reforçada pelo relatório favorável que dela fez, o Ministro holandês que a visitou no ano de 1933. (2) Em conseqüência, vieram 7 famílias, 5 das quais haviam sido "planters" na Indonésia. A colônia embora originalmente constituída com famílias brasileiras, alemãs e holandêsas, permaneceu culturalmente holandêsa.

Em 1958 possuía 96 famílias holandesas, 60 brasileiras e 17 alemãs. Mais duas fazendas foram adquiridas, "Mangabeira" e "Pereira", sendo de 7.500 hectares a sua área total, que compreende 80 propriedades entre 18 a 500 hectares, sendo a média de 70 hectares.

Apesar das dificuldades encontradas de início, Carambei constitui a primeira experiência bem sucedida de colonização nos Campos Gerais. Logo nos primeiros tempos a indústria de laticínios ganhou relevância como atividade econômica da colônia. Entre as tradicionais habilidades do holandês está a fabricação de queijos, e havendo a Companhia colonizadora construído uma pequena "dairy factory", que assegurava a venda do leite, começaram também a produzir manteiga e queijo. O aumento da produção e a necessidade de melhorar as condições de elaboração dos produtos levou-os a constituir uma sociedade cooperativa em 1925.

A modernização da indústria de laticínios e o seu mais rápido desenvolvimento foram embaraçados pela carência de capitais. Em 1939 foi feita uma tentativa de obter empréstimo na Holanda, o que não conseguiram. Mas no ano seguinte a sociedade foi reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro sob o nome da "Cooperativa Batavo". O seu papel, não só na vida econômica, mas no desenvolvimento da colonização holandêsa no Paraná, tem sido de grande importância. Apesar da guerra, novas instalações em alvenaria foram construídas para a usina de laticínios e sua capacidade ampliada para

---

(1) — Hack, H. — Dutch Group Settlement in Brazil, p. 14 — Royal Tropical Institute, Amsterdam, Netherlands, 1959.

(2) — Cronica da Holanda, ano VI n.º 31, Edição especial, p. 15, 1961.

3 mil litros diários de leite. A partir de 1945, facilidades de crédito, oferecidas pelo Banco do Brasil, propiciaram a expansão das atividades agrícolas.

A agricultura que estava limitada ao cultivo do milho, batata-doce e forragem, ampliou-se com a aquisição de máquinas agrícolas. Foi desenvolvida, sobretudo, a cultura do arroz, de tal modo que houve receio viesse prejudicar a produção de leite. O rebanho de Carambeí, 3 mil zebus e mestiços, não era da qualidade mais apropriada para a produção leiteira, e só pôde ser melhorado, após a guerra, com a vinda de novos imigrantes e a importação de gado holandês. A suinocultura também foi desenvolvida em Carambeí.

Mesmo durante o período difícil, o núcleo colonial holandês exerceu notável influência sobre a região. Seu exemplo foi seguido não só por outros colonos, como alemães de Terra Nova, mas também pelos brasileiros. A adoção das pastagens artificiais que permanecem verdes no inverno veio evidenciar que os Campos Gerais podem manter condições de grande produtividade, independente das condições climáticas.

A colônia Terra Nova foi fundada em 1932 pela companhia alemã "Gesellschaft für siedelung im Ausland", também nas proximidades de Castro, em terras mistas de campo e mata. Os dois núcleos da colônia, Maracanã e Garcez, ocupam uma área de 5.828 hectares. Os colonos cultivam a mata pelo sistema de rotação de terras e possuem gado. Igualmente presos à limitação imposta pela carência de capitais e crédito, progrediram embora lentamente, graças à influência favorável de sua proximidade com Carambeí. Atualmente possuem três cooperativas agrícolas e mecanizaram a agricultura, dedicando-se ao cultivo do arroz. Envia a produção de leite à cooperativa de Carambeí, como o faz também um bom número de brasileiros dos arredores.

A fundação de Castrolanda, em 1951, veio contribuir para a melhoria da situação econômica de Carambeí e da região. Castrolanda foi organizada com financiamento do Governo Federal e Estadual, bem como do "Christian Emigration Centre". A colônia é composta unicamente por colonos holandeses, 61 famílias chegadas entre 1951 e 1954, as quais trouxeram 1.250 cabeças de gado, e 2.500 metros cúbicos de máquinas e implementos agrícolas.

Castrolanda está situada a 6 quilômetros de Castro e 35 quilômetros de Carambeí e abrange uma área de 5.000 hectares. A colônia compõe-se de um núcleo central que é a sede, onde estão localizados a igreja, a escola, os escritórios e oficinas da Cooperativa Castrolanda, ao redor do qual estão dispersas as propriedades.

Castrolanda foi fundada para produzir laticínios. No início, os colonos enfrentaram algumas dificuldades em virtude da inflação, verificada no Brasil, que os obrigou a suprir o desnível da previsão

orçamentária feita quando do planejamento da colônia. Também, o gado importado teve sérios contratempos no que se refere à imunização aplicada em Agua Branca, e, principalmente, com a falta de forragens adequadas, tendo havido grande queda na produção de leite, por um período bastante longo. (3) Razão pela qual nos primeiros tempos, os colonos dedicaram-se sobretudo à plantação de forragens e pastagens artificiais para o gado, como azevem, serradela, tremoço, soja, nabo forrageiro e outras. (4)

Depois plantaram trigo, batatas e arroz em larga escala, de forma que a atividade agrícola da colônia tende a ocupar lugar tão importante quanto a produção de leite, na sua economia.

A elaboração de laticínios era realizada na própria colônia, porém o aumento da produção evidenciou a necessidade de mais amplas instalações para a indústria. Depois de algumas discussões com a cooperativa de Carambeí, decidiram juntos organizar a "Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.". Isto feito em 1955, deram imediatamente início à construção de uma grande e moderna usina localizada em Carambeí, a qual foi inaugurada em 1957. Ela é equipada para a pasteurização de leite, fabricação de yogurt, chocolate com leite, manteiga, queijo, etc. As cooperativas Batavo de Carambeí e Castrolanda trabalham juntas na produção de laticínios e na compra de fertilizantes, mas não na distribuição dos produtos. Devido à sua localização, as colônias holandêsas fornecem os centros urbanos de Curitiba, Ponta Grossa e Londrina.

Entre as atividades dos colonos de Castrolanda, está incluída a criação de gado puro de raça holandêsa, para o que foi fundada a "Associação Brasileira de Criadores de Raça Holandêsa". O gado de Castrolanda goza de excelente reputação no Brasil. A venda de gado constitui para alguns colonos de Castrolanda uma boa fonte de renda.

Em 1953, foi constituído outro núcleo de colonos holandêses nas proximidades de Carambeí. A colônia tem o nome da pequena vila do Tronco e está situada a 5 quilômetros de Castro. Para a sua instalação foi comprada parte da Fazenda Bela Vista, 450 hectares, nos quais 8 famílias de holandêses, retirantes da colônia Holambra, foram alojados. Os novos colonos foram auxiliados por aqueles de Carambeí e Castrolanda, porém a sua situação econômica não pode ser comparada a dos demais. Como era um grupo de reemigrantes não puderam contar com financiamento e não possuíam uma cooperativa que coordenasse suas atividades. Por outro lado, a colônia não constitui um bloco territorial único, sendo os seus lotes dispersos entre sítios de brasileiros e de alemães de Terra Nova. Três famílias possuem lotes maiores, com cerca de 70 hectares e os demais, lotes menores com cerca de 30 hectares. As culturas desenvolvidas são o trigo, batatas e arroz. Em 1957 quatro agricultores do Tronco ingressa-

---

(3) — Hack, H. op. cit. p. 40.

(4) — Relatório do Agrônomo da Colônia, Eng<sup>o</sup> Klein Schmidt.

ram na Cooperativa Batavo de Carambeí, para onde é enviada sua produção diária de leite. As oito famílias constituíram também uma cooperativa para a compra de fertilizantes. (5) Contudo, o Tronco não constitui uma colônia florescente, como Carambeí e Castrolanda.

A usina de Carambeí está em condições de trabalhar diariamente 40 mil litros de leite. Para operar economicamente ela tem necessidade de 30 mil litros diários de leite e recebe apenas 25 mil litros. A necessidade de aumentar a produção de leite, bem como atender ao crescimento natural da população, levou-os a pensar seriamente na expansão da área colonizada, sobretudo porque a área original já fôra subdividida entre os descendentes dos primeiros colonos. Uma expansão complementar foi possível através da compra de terras vizinhas. Castrolanda também se expandiu com a aquisição de terras contíguas, das quais a mais importante foi o acréscimo da sua área com 1.320 hectares. Porém, como se fazia necessária uma expansão em maior escala das colônias, as cooperativas Batavo e Castrolanda reuniram-se para elaborar um projeto de "Imigração e Colonização", que previa a compra de uma área de 6 mil hectares para a instalação de 100 famílias, sendo 60% de novos imigrantes e 40% de famílias das colônias já existentes. (6) O plano foi aprovado pelas autoridades paranaenses, e o programa previsto posto em execução.

O novo núcleo colonial holandês, Arapoti, está situado no município do mesmo nome, e se encontra em fase de instalação desde o ano de 1960. Situado em área de campo, destina-se a desenvolver as mesmas atividades econômicas das outras colônias holandesas. A previsão orçamentária do plano de colonização, resultado de estudos pormenorizados, compreende a distribuição dos investimentos necessários, bem como uma estimativa da produção do núcleo nos próximos vinte anos. Participam dos investimentos os governos brasileiro e holandês e as colônias já existentes através das suas cooperativas.

O êxito da iniciativa holandesa abriu novas perspectivas para o aproveitamento dos Campos Gerais, constituindo grande estímulo para que surgissem naquela área sub-utilizada, novos empreendimentos de colonização. Em julho de 1951, no município de Palmeira, em pleno campo limpo, um grupo de reimigrantes alemães, procedentes de Santa Catarina, instalou a colônia de Witmarsum.

Os fundadores deste núcleo colonial descendem do numeroso contingente de alemães emigrados para a Rússia no tempo de Catarina II. Eram alemães de religião menonita, isto é, seguidores da seita anabatista holandesa "obbenita", mais tarde reformulada por Simon Menno que a propagou na Alemanha setentrional onde fez muitos adeptos. Os menonitas negam a transmissão do pecado original e condenam qualquer espécie de juramento ou de violência. São con-

(5) — Hack, H. op. cit. p. 51.

(6) — Cópia do projeto de expansão das colônias holandesas existentes no Paraná submetido à aprovação da Divisão de Imigração da Secretaria de Agricultura do Paraná.

trários, portanto, ao alistamento militar e à guerra razão pela qual foram perseguidos. Fugindo às perseguições emigraram, sendo que muitos deles se estabeleceram nas regiões russas do Dnieper, Chortetzia, Katerenoslaw e outras. Com as revoluções de 1917 recomeçaram a peregrinar pelo mundo. No Brasil, os primeiros menonitas chegaram em 1929, fixando-se em Santa Catarina, na região de Ibirama. Estabelecidos longe dos centros consumidores, em terrenos acidentados, revestidos de matas, sujeitaram-se ao sistema agrícola primitivo, contrário à sua tradição. Logo que lhes foi possível, com auxílio de comunidades menonitas dos Estados Unidos, procuraram terras de campo onde pudessem cultivar cereais e dedicar-se a pecuária.

Alguns se transferiram para os Campos de Curitiba, onde constituíram pequenas colônias dedicadas à produção de leite que abastece o mercado da capital. Outros foram para Bagé, no Rio Grande do Sul. As últimas famílias retirantes de Santa Catarina, não podendo adquirir terras em Bagé, devido ao seu elevado preço, procuraram um local nos Campos Gerais.

Dêse modo foi comprada a fazenda "Cancela", com 7.800 hectares, situada no caminho que liga Curitiba à Palmeira, entre duas antigas colônias de alemães do Volga. Entre 1951 e 1954, foram estabelecidas neste núcleo colonial, 54 famílias vindas de Santa Catarina, 20 famílias do Paraguai, outras das colônias menonitas de Curitiba e uma família do Uruguai. Os colonos, de procedência diversa e diferentes condições culturais e econômicas, estavam unidos pelo fato de pertencerem à mesma comunidade religiosa. Atualmente vivem em Witmarsum 700 pessoas ou seja 103 famílias. Como foram advertidos de que não havia possibilidades para o desenvolvimento de atividades agrícolas naqueles campos, os lotes coloniais foram distribuídos de modo a desenvolver a pecuária. A colônia compreende quatro núcleos de povoamento concentrado, dispostos ao redor de um núcleo central e nos quais cada família tem um lote de 10 hectares para casa e pequenas culturas, e fora dos núcleos cada família possui 40 hectares de pasto. Em 1952 fundaram a "Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Ltda." para coordenar sua indústria de laticínios, cujos produtos "Cancela" levam o nome da antiga propriedade.

A usina de Witmarsum tem capacidade para operar 10.000 litros diários de leite, mas sua produção atual anda por volta de 7.000 litros. A colônia fornece, porém, cerca de mil litros à "Cooperativa do Boqueirão" que distribue leite em Curitiba.

Desde a formação da colônia Witmarsum, seus componentes entraram em contacto com aqueles das colônias holandesas, cujas experiências agrícolas os animou a tentar também algumas culturas, principalmente do arroz. Witmarsum não tem assistência direta de um técnico em agronomia, mas valendo-se dos conselhos do agrônomo que assiste às colônias holandesas e dos conhecimentos agrários de um dos seus colonos que estudou na Alemanha, iniciaram eles suas atividades como agricultores. Para a compra de fertilizantes, impor-

tados a melhor preço, associaram-se à “Cooperativa Central de Carambeí”. Possuem atualmente em cultivo trigo sarraceno, arroz, milho, centeio, batatas e melancias. Desenvolveram também a cultura de pastagens artificiais. Além das forragens já cultivadas pelos holandeses, serradela, azevem, aveia, etc., plantaram novos pastos, selecionados entre quarenta qualidades de gramíneas, que importaram da Suíça. (7)

O desenvolvimento de áreas de pasto perene é de importância para o aumento da produção de leite que apresenta uma grande queda no período de inverno. Com a ampliação da área cultivada, começaram recentemente a reformular a distribuição dos lotes coloniais, de modo que cada proprietário tenha um lote contínuo, que utilizará no cultivo de cereais e pastagens, fazendo rotação de pastos e de culturas. Dêsse modo as propriedades se distribuíram em torno a um núcleo central, onde atualmente estão a usina, escritórios da Cooperativa, igreja, hospital, escola, etc. O plano já em andamento tem sido dificultado pela falta de recursos financeiros. A aquisição de novas terras para ampliação da colônia vem sendo estudada. Também neste caso a dificuldade maior consiste na obtenção de financiamento para a compra. A valorização crescente das terras de campo constitui um obstáculo para o programa de expansão da colônia. O preço médio do alqueire na compra inicial foi de mil cruzeiros, presentemente se estima em 60 mil cruzeiros o preço do alqueire nas fazendas vizinhas.

Há um projeto no sentido de que a Cooperativa de Witmarsum participe como associada da Cooperativa Central de Carambeí, o que viria possibilitar o desenvolvimento em maior escala da indústria de laticínios nos Campos Gerais.

Witmarsum constitui um estabelecimento colonial de sólida situação econômica, social e cultural e tal como as colônias holandesas, uma verdadeira escola de técnicas modernas e científicas de agricultura e pecuária, demonstrando de um modo prático as vantagens das mesmas.

A colônia mantém um serviço médico hospitalar de primeira ordem. Possui escola de nível primário e médio que atende os membros da comunidade e da vizinhança. Algumas famílias de Witmarsum recebem como pensionistas, crianças da colônia Quero-Quero para que elas possam freqüentar a sua escola. Aliás, a influência da prosperidade de Witmarsum sobre este núcleo estagnado de descendentes de alemães do Volga, já se tem feito sentir de modo positivo.

A população de Witmarsum possui um nível de instrução e cultura bastante elevado. A unidade religiosa, o contacto que mantém com outras comunidades menonitas do mundo, tem contribuído para o seu progresso e estabilidade.

---

(7) — Entrevista com o Sr. Peter Pauls, Presidente da Cooperativa de Witmarsum.

Um novo contingente populacional, recentemente estabelecido nos Campos Gerais, é constituído por descendentes de japoneses vindos do Estado de São Paulo e de outras regiões paranaenses. A iniciativa do empreendimento foi da Sociedade Cooperativa Cotia de São Paulo que, em 1959, comprou uma antiga fazenda próxima de Castro, para constituir uma colônia agrícola. A área, cerca de 700 hectares, foi vendida aos interessados que constituíram propriedades rurais dispersas. Não existe propriamente um núcleo colonial, a sede dos escritórios da cooperativa é a cidade de Castro. As culturas predominantes são a batata, arroz e trigo, os dois últimos apenas para o consumo interno.

A agricultura é mecanizada e possui um ciclo organizado de rotação de culturas. A criação de gado é pequena e atende somente ao consumo interno.

A colônia é um centro de produtividade agrícola que se orgulha de ser o maior produtor de batatas no Brasil.

Recente empreendimento colonial, realizado nos Campos Gerais, é aquele dos russos-brancos, estabelecidos em duas colônias, Santa Cruz e Pau Furado, situadas nas proximidades de Ponta Grossa.

Os imigrantes russos pertencem à seita dos seguidores dos ritos antigos, que se intitulam "Velhos Crentes" (starowiery) e que se recusaram a aceitar as reformas introduzidas na Igreja Russa, no século XVII. Em 1654, o Sínodo de Moscou decretou a correção das traduções da Bíblia e dos livros litúrgicos em uso na Igreja Russa, que haviam sido alterados pelas inúmeras cópias no decorrer do tempo. Foram editados vários livros corrigidos, e a nova liturgia definitivamente constituída, foi aprovada pelo Sínodo de 1667, ao qual assistiram os patriarcas de Alexandria e Antioquia. (8)

Os dissidentes foram excomungados e constituíram uma comunidade composta sobretudo de camponeses. Também muitos dos descontentes com a tendência europeizante de Pedro o Grande foram aumentar o número de cismáticos. Ora perseguidos, ora tolerados, subdividiram-se em vários ramos dissidentes, mas mantiveram certas particularidades do rito em comum. Continuaram usando livros e imagens antigas, ou cópias dos mesmos, sem as reformas introduzidas por Nikon. Reconhecem os dogmas da Igreja Ortodoxa Russa, mas não mantêm contacto com a Igreja oficial e não reconhecem suas autoridades eclesiásticas. Fazem o sinal da cruz com dois dedos (o indicador e o médio) e não com três como os demais russos, não cortam as barbas e são extremamente conservadores em seus costumes.

Após as Revoluções de 1917 muitos emigraram para a China e estabeleceram-se na região de Harbin e Sinkiang. (9) Em 1953 alguns

---

(8) — Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Espasa-Calpe S. A. Tomo 49, p. 764.

(9) — Time, Latin America Edition, p. 24, february 16, n.º 7, 1959.

“velhos crentes” escreveram para o “Alto Comissariado da ONU para os Refugiados”, solicitando ajuda no sentido de emigrarem para qualquer país livre. Com o auxílio do Comissariado e do Conselho Mundial das Igrejas foi planejada a sua instalação no Paraguai, mas devido à situação econômica pouco favorável e dificuldades de acesso à terra, naquele país, as entidades promotoras decidiram encaminhá-los para o Brasil. O núcleo inicial foi preparado em terras adquiridas de acordo com indicações escritas enviadas pelos futuros colonos. A área escolhida situava-se em zona de mata no primeiro planalto, no local chamado São Silvestre, entre Castro e Curitiba. Não era, porém, o tipo de terreno que eles haviam imaginado porque “apesar de possuir matas para caçar, rios para pescar”, e, parte da mata já estar derrubada para o início do plantio, não corresponderam à expectativa dos imigrantes “pois não se pareciam com as matas e bosques europeus”. (10) Os colonos recusaram-se a começar os trabalhos agrícolas naquelas terras e permaneceram cerca de dois meses inativos. As entidades promotoras da colonização enviaram uma comissão que acompanhada por representantes dos russos brancos, escolheu e comprou novas terras. Uma antiga fazenda de gado, Santa Cruz, situada a 22 quilômetros de Ponta Grossa, à margem da estrada que liga esta cidade à Palmeira, em pleno campo limpo, foi a área escolhida.

A colônia estende-se por 1.850 hectares e compreende três núcleos de povoamento concentrado que formam pequenas vilas. Cada família possui dois lotes, um na vila com cerca de 3 hectares para a casa, estábulo, jardim e horta, e outro fora da vila, medindo entre 12 a 20 hectares, para o cultivo. Cada vila possui ainda uma área destinada à pastagem coletiva. A divisão das terras, a escolha dos lotes e a organização interna da colônia foram de responsabilidade exclusiva dos colonos.

As terras, o material para as casas que foram construídas pelos próprios colonos, os adubos e implementos agrícolas, as vacas e cavalos, as sementes e os alimentos para a sua manutenção, foram fornecidos pelo Conselho Mundial das Igrejas. Um agrônomo para dar assistência técnica aos colonos foi contratado pelo Conselho e lá mantido até a emancipação da colônia. Foi também construída uma escola pela mesma organização.

A colônia tem uma população de 900 habitantes, e se encontra emancipada desde 1960, quando foi considerada autosuficiente.

As culturas predominantes são trigo sarraceno, arroz, milho, batatas, mandioca, soja e forragem. O gado leiteiro compõe-se de 300 cabeças cuja produção destinada ao consumo dos colonos dá pequena margem para a fabricação de laticínios. Criam suínos, aves e possuem 400 colmeias que fornecem 10 toneladas de mel anualmente. Os colonos não possuem cooperativas e não desejam mesmo o sistema,

---

(10) — Entrevista com a Sra. Ellen Wright Mourawieff, Chefe do Comissariado de Refugiados no Brasil.

pois acreditam que qualquer modalidade de cooperativismo os aproxima do comunismo. Alguns têm comprado máquinas agrícolas em sociedade, de dois ou três colonos. As serrarias, os moinhos, as máquinas de beneficiar arroz pertencem também a pequenas sociedades. Os colonos têm utilizado o crédito agrícola do Banco do Brasil com frequência.

O aumento da produção da colônia, nos seus primeiros anos, permite estabelecer perspectivas animadoras para o futuro. Um dos aspectos mais interessantes ressaltado pelo relatório das entidades promotoras foi o baixo custo do empreendimento colonizador. O investimento médio foi de 2 mil dólares por família até a emancipação da colônia. Estudos sobre colonização na América Latina, feitos por organismos especializados, haviam fixado em 10 mil dólares o custo de instalação de cada família de imigrante em terra de sua propriedade. (11)

A outra colônia de russos-brancos, Pau Furado, está em formação desde 1960. Fica situada a 15 quilômetros de Ponta Grossa, no caminho de Imbituva e estende-se por uma área de 3.400 hectares, de terras de campo da antiga fazenda do mesmo nome. Sua população é de 450 habitantes distribuídos em 3 núcleos coloniais de povoamento concentrado.

Cada família possui um lote urbano e um lote rural. O Conselho procedeu em Pau Furado como em Santa Cruz, financiando a manutenção dos colonos e fornecendo todo o equipamento agrícola necessário, desde tratores até material de uso diário, como machados, enxadas, martelos, etc. Também receberam os colonos, adubos, sementes e gado, bem como assistência técnica do mesmo agrônomo de Santa Cruz.

As culturas, idênticas, destinam-se à manutenção dos colonos e à produção de renda. O trigo preto plantado em grande quantidade é utilizado na alimentação diária dos colonos e também dos animais. As plantações do arroz constituem a principal fonte de renda. Pau Furado promete alcançar desenvolvimento superior ao de Santa Cruz, porque possui uma área maior que permitirá sua expansão. É interessante assinalar que os colonos de Santa Cruz já fazem plantações em campos arrendados aos fazendeiros da vizinhança. Outrossim, prestam serviços em terra alheia recebendo salário pelas plantações ou colheitas que realizam.

Na época do recesso agrícola muitos procuram trabalho fora das colônias, sendo de notar que até no porto de Paranaguá são encontrados trabalhando a jornal.

As colônias russas receberam ainda ajuda espontânea das colônias vizinhas de Witmarsum, Carambei e Castrolanda.

---

(11) — Uma experiência bem sucedida de Colonização no Brasil — Relatório do Conselho Mundial das Igrejas, Guanabara, abril de 1961.

Os colonos de Witmarsum araram as terras para o primeiro plantio. Os holandeses ensinaram os Velhos Crentes a dirigir seus tratores, jeeps, e caminhões. Depois de três meses de ensinamentos o fazendeiro holandês Albert Bauman dizia: "they were plowing and disking, and even tearing down engine blocks". (12)

Novos contingentes de imigrantes russos são esperados no Paraná segundo noticiário aparecido recentemente na imprensa local.

O Conselho Mundial das Igrejas já foi autorizado, pelas autoridades encarregadas da imigração do Ministério das Relações Exteriores, a trazer os remanescentes de russos-brancos refugiados em Hong-Kong. (13)

Foi aventada a possibilidade de localizá-los no litoral paranaense.

### CONCLUSÃO

A primeira ocupação humana dos Campos Gerais produziu uma estrutura econômico-social uniforme, fundamentada na exploração pastoril, no latifúndio e no trabalho escravo. Depois de conhecer um período de apogeu e expansão, a estrutura pastoril dos Campos Gerais começou a apresentar evidências de desagregação, as quais se acentuaram nas últimas décadas do século XIX.

Nos meados do século XIX o Governo Provincial elabora e põe em execução um plano de colonização agrícola, destinado a criar ou desenvolver uma agricultura de abastecimento.

O programa governamental, baseado no estabelecimento de colônias agrícolas nos arredores dos centros urbanos, atingiu os Campos Gerais na década de setenta.

As autoridades provinciais, conhecedoras da situação decadente da estrutura arcaica, demonstraram clarividência ao compreender o significado da imigração como fator de mudança e progresso agrários.

O estabelecimento dos alemães do Volga nos Campos Gerais, representa uma tentativa de estender até àquela área os benefícios da colonização agrícola. O seu fracasso, motivado por um concurso de circunstâncias, dentre as quais se pode destacar a escassez de conhecimentos relativos às insuficiências dos solos e dos recursos necessários para corrigi-las, a ausência de uma economia de mercado, bem como de assistência técnica e financeira aos núcleos coloniais, aliado a outros fatores, criou um clima desfavorável a novos empreendimentos de colonização agrícola naquela área. Surgiu também uma estereotípia que veio substituir o conceito de fertilidade e riqueza atribuídas aos Campos Gerais. A região, já empobrecida em virtude da desagregação da estrutura pastoril, permaneceu estagnada, à mar-

(12) — Time, op. cit. p. 24.

(13) — Diário do Paraná, 27 de junho de 1962. Curitiba.

gem de novas iniciativas, oficiais ou particulares. Em consequência ocorreu a desvalorização das terras de campo, cujo preço era cotado 25% abaixo do valor das terras de mata.

O reerguimento econômico dos Campos Gerais e a sua reconquista para as atividades agrícolas foram lentamente empreendidos pelos novos contingentes de imigrantes ali introduzidos.

A experiência holandesa foi decisiva para a conveniente utilização agrícola das terras de campo. O aparecimento de uma estrutura agrária fundamentada na pecuária associada às atividades agrícolas, foi favorecido por facilidades de financiamento e orientação técnica, bem como pela existência de um mercado de consumo de grande solicitação mas carente de produção. Estes fatores que permitiram o êxito da iniciativa de Carambei, atuaram no sentido de atrair novos contingentes de imigrantes para a região sub-utilizada dos Campos Gerais.

Dêse modo concluímos que a criação de uma nova estrutura agrária na região dos Campos Gerais esteve condicionada não apenas à introdução de novos contingentes populacionais, mas também ao desenvolvimento de uma economia de mercado capaz de estimular as iniciativas colonizadoras.

A nova ocupação humana dos Campos Gerais é constituída por vários grupos étnicos portadores de cultura e equipamento técnico bastante diferenciados, porém está resultando numa estrutura agrária de certa maneira uniforme, baseada na indústria de laticínios e cultivo de cereais.

Há, portanto, um mosaico étnico, social e cultural sobre o qual se está armando a nova estrutura agrária dos Campos Gerais.

A síntese dos valores que tiverem permanência, integrada aos elementos básicos luso-brasileiros, dará por certo fisionomia própria e original à estrutura social daquela região.

## CONTRIBUTION TO THE STUDY OF THE AGRARIAN HISTORY OF PARANÁ

### II Changes in the agrarian structure of the "Campos Gerais"

#### S U M M A R Y

The observation of evidence of changes in the archaic structure of the Campos Gerais, made it interesting to try to find out up to what point the introduction of the new populational contingents conditioned the creation of a new agrarian structure in that region.

The first human occupation in the Campos Gerais originated a uniform economic and social structure based on livestock raising, on the latifundium and on slave work, which after a period of expansion, began to disappear.

In mid-XIX century the Provincial Government did put into practice a plan of rural colonization aimed at developing an economy of supplies. The governmental programme of establishing such colonies surrounding urban areas reached the Campos Gerais in the 1870's.

The provincial authorities, knowing the decadent structure, showed insight by understanding the significance of immigration as a factor of agrarian change and progress.

The bringing of Volga Germans to the Campos Gerais was an attempt to extend to that area the benefits of the agrarian colonization. However the attempt failed and this fact created an adverse climate to further rural colonization in the area. Furthermore a fixed idea took place of the concept of fertility and richness which up to then was attributed to the Campos Gerais. The area, already impoverished by the disintegration of the livestock raising structure, became stagnant due to the lack of any private or official initiative. Therefore a stagnation of the value of land resulted in its price falling to about 25% of the value of the wood lands.

The economic revival of the Campos Gerais and its reclamation for agrarian activities would slowly be accomplished by new contingents of immigrants which during this century would be introduced there.

The experiment with the Dutch was decisive to the convenient agricultural usage of these grass lands. The establishment of the new agrarian structure based on livestock associated with agricultural activities, was favoured by existing financial and technical orientation and by the existence of a demanding market short of production.

These factors, which made the success of Carambey possible, attracted new contingents of immigrants to the Campos Gerais. The new human occupation in the Campos Gerais now comprise several ethnic groups each of which brought a different culture and technical implements from the others. However, the resulting agrarian structure is, in a way, uniform, based as it is on the Dairy Products industry.

There is a social and cultural mosaic on which the new agrarian structure of the Campos Gerais is being constructed.

## I N T E R V E N Ç Õ E S

**Do Prof. Guy de Hollanda:**

Destaca a importância metodológica dos trabalhos apresentados por ambos. Recomenda que os autores estendam suas pesquisas num sentido comparativo, que abarquem outras áreas da América. No caso da comunicação do Prof. Pinheiro Machado, sugere um aprofundamento da procedência rio-platina de gado mular na 1.ª metade do século XVIII. Quanto à da Professora Balhana, lembra o interesse

de realizar comparações entre a colonização levada a efeito por confissões dissidentes (como, por exemplo, os Menonitas), no Brasil, Canadá, Paraguai, etc.

**Do Prof. José Roberto do Amaral Lapa:**

Sendo, fundamentalmente, pastoril, a estrutura do povoamento e economia dos Campos Gerais, pergunta até que ponto a atividade comercial dos pecuaristas dessa região teria alterado essa estrutura pastoril.

Fundamenta a sua pergunta, afirmando acreditar que visando o comércio pecuarista não deixa de ser pecuarista. A sua atividade, como tal, não diminui nem desaparece, antes torna-se mais intensa, quantitativa e não qualitativamente, como disse o expositor.

A indústria comercial do gado, se assim pudermos falar, com tolerância dos economistas, tem a sua maior força de expansão, justamente depois que o criador vende o seu gado, e êsse passa a circular.

A pergunta nasceu motivada nas afirmações do Autor às proporções que atingiu a atividade comercial entre os pecuaristas paranaenses.

**Da Prof<sup>a</sup>. Emília Viotti da Costa:**

1 — Louva a segurança metodológica do trabalho apresentado pelos autores.

2 — Sugere a importância de se explicar o fracasso das primeiras experiências e o sucesso das últimas em termos de estrutura e de conjuntura econômica mais ampla.

3 — Em terceiro lugar, a necessidade de se explicar a inconsciência dos grupos dominantes em relação à realidade da colonização na sua primeira fase como se verifica do discurso de Rodrigo Otávio citado pela Autora.

**Do Prof. José Ferreira Carrato:**

Não entra no mérito da contestação do Prof. Pedro Calmon a Capistrano de Abreu, mas indaga onde fica o surto historiográfico moderníssimo da “micro-história”, da historiografia nacional?

**Do Prof. Pedro Calmon:**

Esclarece o porque de Capistrano de Abreu haver entrado em debate. Fala sobre o cepticismo do grande historiador e sobre o conselho que dêle recebeu, em 1927, ou seja que deveria fazer tudo “você tem certo jeito para a pesquisa, mas não me escreva a História do Brasil”, para evidenciar o quanto Capistrano era descrente da história geral. Diz, porém, da necessidade de uma síntese científica, de uma síntese bem formada da História do Brasil, a fim de que os jovens estudan-

tes não corram o perigo de conviver com textos apressados e sem probidade. A seguir referiu-se ao Diário de Viagem ao Paraná, pelo Imperador Dom Pedro II, em 1887, o qual exclamara ao ver os Campos Gerais “os russos tinham razão”. Inicialmente explica, através de um fato político, a certa má vontade desmonstrada por Rodrigo Otávio em relação à Colônia que, aliás, lhe deu o nome. A Colônia fôra fundada, em 1877, por iniciativa do Gabinete Conservador, e Rodrigo Otávio que presidiu a Província de 1878 a 1879, era um liberal, razão pela qual não podia ver com simpatia a fundação de seus adversários políticos.

**Do Prof. Ady Ciocci:**

Tecendo considerações sôbre o “ciclo” do luar e sôbre a obra de Ellis Junior.

**Do Prof. Moacyr de Góes:**

1 — Ressaltou a importância do tema.

2 — Elogiou a colocação da problemática levantada, em trabalho de equipe e à base de um valioso trabalho de pesquisa.

3 — Declarou que sendo um professor preocupado com a unidade nacional gostaria de, para efeito didático, fazer a aproximação da problemática da pecuária na Grande Região Sul e no Nordeste: a devastação do gado pelo inverno e pela seca.

Ressaltou a importância da criação no Rio Grande do Norte — até mesmo uma das causas da dominação holandesa no Rio Grande do Norte.

Finalizou essa aproximação da problemática poderia ser uma motivação didática para a defesa da unidade nacional: a solidariedade na provação do sofrimento.

**Do Prof. Amaro Quintas:**

Tecendo considerações sôbre estrutura agrária e instituição familiar.

**Do Prof. Antônio Camilo Faria Alvim:**

Comenta um tópico do trabalho, que se refere ao comércio de muares na famosa Feira de Sorocaba.

Segundo o Autor, êsse comércio entrou em decadência em fins do século XIX, em decorrência da construção das estradas de ferro.

A explicação parece insuficiente, porque as estradas de ferro no Brasil serviam e servem à orla marítima e nunca atenderam às necessidades de transporte.

Por outro lado, a criação de muares em Minas, após a decadência

da mineração, foi um fator de concorrência, no mercado paulista, ao comércio de animais importados do sul.

A decadência e extinção das feiras de gado muar e cavalariagem deve-se à introdução no Brasil do automóvel, do caminhão e do jeep, já em nossos dias.

**Do Prof. Fernando Antônio Novais:**

Solicita esclarecimentos sobre a importância da abolição do trabalho escravo no processo de desagregação das antigas estruturas paranaenses, no fim do século XIX.

**Do Prof. Eduardo d'Oliveira França:**

Cumprimenta a Universidade do Paraná pelos trabalhos dos professores cuja comunicação acaba de ouvir. São trabalhos de belo nível que fazem refletir sobre a história do presente cuja compreensão buscamos. Entende que os trabalhos constituem, de certa forma, para os estudantes, modelos que devem constituir pontos de partida para a busca do melhor. Esse ponto de partida precisava ser de alto nível para que o rendimento futuro fosse bom. Ou muito bom.

Estamos agora diante de trabalhos onde se procura a inteligência de realidades concretas, mercê de uma abordagem enérgica de dados documentais. Do passado e do presente. E é preciso que seja assim para superarmos uma certa área de reações que em nada favorecem à historiografia. Essa idéia de que uma investigação sobre o homem do passado, se é boa e fecunda, é sociologia; é história, se for ruim, estéril e insignificativa. Ao bom, ainda que aborde temas do passado, o rótulo é sociológico, disciplina que goza do prestígio de seus resultados associados às ressonâncias da moda. Aqui nos defrontamos com trabalhos bons que levam o rótulo legítimo — História. Que a História, em verdade, se compõe ela mesma com trabalhos de categoria. Dou os parabéns, calorosos, a seus Autores. História concreta, legítima, documentada e conclusiva.

Isto posto, deseja formular algumas poucas questões e sugestões, mais do que objeções que os trabalhos apresentados, de sua parte, não comportam.

Ao Prof. Brasil Pinheiro Machado que nos levou a rever a gênese e florescimento de certas estruturas do passado do Paraná. Primeiro, uma questão pela qual tem interesse, de certa forma, pessoal. Não pretende argüir qualquer omissão. Ouvindo-o enumerar áreas de ocupação do Paraná — ouviu indicar o consagrado pleonasmo — Campos do Erê. Topônimo caingangue, por certo. Estes caingangues são um problema. A civilização da pecuária, essa forma de ocupação dos campos, utilizou-se do braço indígena? Associaram-se essas ou outras tribus, à criação dos rebanhos nos campos? Há quem associe os caingangues à presença de pinhais. Terão esses índios sido diluídos num

processo de miscigenação, gerando um tipo especial de caboclo, associado à criação de gado? Que aconteceu a esses índios cuja presença é testemunhada pela toponímia remanescente?

(O Prof. Brasil Pinheiro Machado interrompeu para responder de imediato que quanto aos índios, preocupara-se com o problema e verificara sua ausência — a resposta era simples: os paulistas os tinham destruído todos. Ao que respondeu o Prof. Fañça que, embora tivesse reservas quanto a essa remota destruição total, observava que, naquelas alturas, paulistas eram também paranaenses, que terão sido irmãos, que eram, no mínimo, cúmplices dessa grande destruição, para preparar a ocupação dos brancos).

Em segundo lugar, propôs uma sugestão de ordem metodológica. O estudo comparado das estruturas agrárias dos campos paranaenses com estruturas afins de outras áreas de criação nos tempos coloniais, como, por exemplo, as zonas de currais do S. Francisco, da Bahia ou do Piauí, a ver as coincidências e discrepâncias de caracteres. E ainda comparação com outros tipos de estruturas e descobrir contrastes entre áreas agrícolas e zonas de pecuária. A comparação tem o mérito de fazer brotar problemas novos.

E ainda, gostaria de ver estudados os ritmos de produção. Até onde esses estudos forem possíveis, mercê de elaborações estatísticas, mesmo descontínuas. O que talvez seja exequível, se se utilizam eventuais registros de passagens de gado em entradas ou saídas. Ignoramos a viabilidade documental de um tratamento estatístico desse problema — apenas imaginamos um procedimento de precisão.

Quanto o trabalho da Prof<sup>a</sup>. Altiva Pilatti Balhana, causou-nos especial satisfação, não só por vermos que realidades quase-atuais ou atuais são abordadas, não em termos de sociologia, mas ainda e principalmente por vermos aplicado o método de Marc Bloch que, nos estudos que fez sobre as estruturas agrárias da França, partia de realidades presentes para remontar ao passado, à compreensão do passado. Vendo o belo filme que nos exibiu sobre colônia russa nos Campos Gerais, ficamos ante a imagem visível da realidade a imaginar o maravilhoso que seria termos uma seqüência de filmes de paisagens do passado, para acompanharmos suas mudanças. Porque as paisagens são documentos.

E havemos de acompanhar a sucessão das paisagens e das técnicas de vida nessas paisagens que substituem umas a outras. A Prof<sup>a</sup>. Altiva compreendeu a importância da focalização das paisagens. Havemos de tirar delas o que elas nos dizem do passado. E, vendo-as, pensamos que essas colônias eram pontos de condensação de uma ocupação adventícia. E que provocam ou desencadeiam um verdadeiro processo de europeização da paisagem. A estudarem esses segmentos de paisagem postiça no quadro geral. E sua ulterior integração ou sua desagregação por fusão no todo, ou ainda os processos de contágio a alterar as composições.

**Outra observação que nos ocorre: essas propriedades novas — novas em muitos sentidos — que se talham meio artificialmente no conjunto, com sistemas estruturais diversos, estão sujeitas a flutuações, e seus destinos resultam desiguais. Seria alargar a compreensão das alterações das estruturas, reconstituírem-se, com a ajuda de documentos de cartórios, eventuais é claro, essas mudanças de domínio.**

Outro problema sugestivo é o dos contactos. Essas minorias que se inserem num contexto humano trazem técnicas próprias, estilos equipamentos mentais; há que indagarem-se as transmissões. As transmissões viáveis. E as resistências do meio humano à sua absorção. E ainda as deformações que podem ocorrer, de caráter adaptativo.

Tudo na dependência dos isolamentos naturais, das resistências à integração total do meio. E as rupturas do isolamento pela superação dos óbices de vária natureza que criam como que impermeabilização à convivência e conseqüente integração. A língua, por exemplo. Ou em sentido mais genérico — as diferenças de mentalidade, — o que nos leva à história das mentalidades, para uma melhor compreensão da História das estruturas agrárias. Uma busca de mecanismos de resistência, de rupturas, de integrações.

Sugestões apenas, à margem de trabalhos que foram, para nós, motivo de merecida reflexão.

#### **RESPOSTAS DO PROF. BRASIL PINHEIRO MACHADO**

**Ao Prof. José Roberto do Amaral Lapa:**

A resposta só pode ser dada dentro dos limites em que a questão está colocada na comunicação. Aí não se trata propriamente de estrutura pastoril, porém, mais precisamente, da **estrutura social** de uma comunidade de fazendeiros de gado, que toma uma certa configuração na base de um certo sistema de produção econômica.

A criação de gado, para a comunidade dos fazendeiros dos Campos Gerais, como está posto o problema na comunicação e dentro do período que aí se compreende, é um sistema de produção econômica que trabalha sob a influência de vários fatores, como sejam, as condições mesológicas, as instituições sociais realmente existentes, os mercados, os padrões de comportamento econômico, etc., que, historicamente, não foram produtos do sistema de produção, mas que, ao contrário, configuraram esse sistema de produção.

Assim, enquanto pecuaristas, vivendo isolados nos seus domínios rurais; servindo-se de escravos em muito maior número para os serviços domésticos e de manutenção do grupo humano da fazenda, do que para a efetivação do produto comerciável; aqueles fazendeiros, embora também produzissem para o mercado, vendendo seu gado, não eram comerciantes, no sentido que a atividade comercial tem, que é a de comprar para vender com lucro. Os fazendeiros de que trata a comunicação, se tornaram comerciantes quando, incentivados pelas ren-

das produzidas pela compra e venda de muares, se tornaram tropeiros, levantando capitais par adquirir as mulas no Sul, conduzi-las em tropas para os campos de suas fazendas, inverná-las e depois vendê-las na Feira de Sorocaba. O que se afirma na comunicação é que essa atividade comercial suplantou a atividade produtora, sem anulá-la. Com a dominância do comércio acentuou-se a economia monetária, acabou-se o isolamento do grupo familiar fazendeiro, modificou-se o sistema de abastecimento das fazendas, que, de tendência autárquica passou a ser tributária do comércio urbano, trazendo como consequência a desnecessidade de grande número de escravos, escravos êsses que foram, realmente, vendidos para outras áreas.

**Ao Prof. Amaro Quintas:**

Na exposição oral citamos algumas construções teóricas sôbre a formação histórica do Brasil e dissemos haver tido a pretensão de testá-las com o trabalho. Da obra de Gilberto Freyre, seu autor sempre deixou claro que não tirou conclusão nenhuma. Mas todos os seus leitores acham que as conclusões estão bem claras: a de que a família dominante no Brasil se formou e adquiriu um determinado tipo, pelos processos que ali estão expostos. E mais ainda, que êsse tipo de família e êsses processos de formação e de mudança, não são específicos do nordeste açucareiro, mas de tôda sociedade brasileira. Consideramos as conclusões da obra de Freyre, como uma teoria da História do Brasil, que deve ser verificada pelos estudos de campo. Do trabalho que apresentamos neste nosso encontro, e em relação à unidade histórico-social que escolhemos como seu objeto, parece que os fundamentos daquela teoria são válidos, pois que aqui como lá, se encontra o mesmo patriarcado, com os mesmos processos de formação e com os mesmos processos de mudança.

**Ao Prof. Fernando Antonio Novais:**

Não poderíamos responder com precisão sôbre se a abolição da escravatura tivesse sido fator fundamental na desagregação da estrutura social, nos termos em que esta expressão está conceituada na comunicação. Alinhando, porém, os fatos que aparecem na própria comunicação, estamos inclinados a pensar que não constitui fator fundamental. A evolução das conjunturas que se sucederam (mudança do latifundiário criador de gado em mercador de animais e reideiro de terras) se fez com a tendência crescente de dispensar certo número de escravos que se iam tornando excedentes. Na hipótese acolhida pela comunicação, a desagregação provém do empobrecimento dos fazendeiros pela quase cessação das rendas e pela conseqüente transformação de seu status dentro da sociedade global, onde logo se encontraram em competição com outros segmentos sociais em ascensão. A abolição da escravatura colhe a sociedade fazendeira já na fase de decadência, e pouco altera o sistema de relações sociais entre o segmento dominante e o segmento dominado da economia fazendeira.

**Ao Prof. Eduardo d'Oliveira França:**

Nesta resposta, redigida posteriormente, que não foi verbalmente expressa por ocasião da exposição oral que apresentamos, desejo em primeiro lugar esclarecer um aparte que dei ao Prof. França, no que se refere à presença dos índios.

A orientação seguida na feitura do trabalho de interpretação de uma estrutura social, histórica e regional do Brasil que apresentei ao Simpósio, tem seus quadros de referência que, penso, estão expressos na exposição oral que fiz.

Um dos pontos fundamentais daquele quadro de referência é o de que as unidades históricas realmente irredutíveis, no processo de formação histórico-social do Brasil, são grupos existenciais, organizados e estruturados com uma organização e uma estrutura reais, concretas, históricas, isto é, espaciais e temporais.

O objeto de estudo, no caso da nossa comunicação, é a comunidade (e uso esta palavra com uma ampliação do conceito com que a consagraram os antropólogos sociais), a comunidade que se formou historicamente em Paranaguá e Curitiba e se expandiu por um determinado território, por um determinado lapso de tempo, atingindo linhas de fronteiras que nunca deixaram de ser periferias de um centro bem determinado e dominante — Curitiba.

Feito o esboço geral dentro do qual devem ser encaminhados os problemas dependentes, procuramos, agora, localizar o problema do indígena no desenvolvimento daquela comunidade.

Quando os primeiros núcleos povoadores do atual território paranaense se estabeleceram em Paranaguá, por volta de 1640, não encontraram mais populações indígenas selvagens. É pensando nisto que afirmei que os índios já tinham sido destruídos na época em que se iniciou a colonização do atual Paraná. Os índios que trabalhavam nas minerações de Paranaguá, de 1640 em diante, eram índios aldeados, retirados das aldeias de S. Paulo e do litoral-paulista. A expansão da comunidade paranaense se faz em direção aos campos, por Curitiba, sem que se encontrem tribus selvagens. Só em 1769, isto é, 129 anos depois da fundação do núcleo de Paranaguá, é que os colonizadores vão topar com os índios, nas margens do rio Tibagi. Por essa época, já havia decorrido mais de um século que os jesuítas do Guairá se retiraram para o sul, levando os milhares de índios de suas aldeias. Nas sexta e sétima décadas do século XVIII, os expedicionários de Afonso Botelho tinham percorrido todo o curso dos rios Ivaí e Iguaçu, sem toparem com índios. Logo depois de 1769 é que os colonizadores, isto é, os fazendeiros, começam a encontrar os índios. Não eram índios remanescentes das reduções do Guairá, o que quer dizer que não eram guaranís. Onde estariam, pois, esses índios quando o território paranaense era talado à cata de catecúmenos e de escravos por jesuítas e por bandeirantes? A aparição deles se faz notar com o avanço das fazendas de criação para o oeste, quando eles as-

saltam as fazendas e as tropas de muares que vinham do sul. Em 1801, a Câmara Municipal de Castro pedia providências contra “o brabo gentio” que desde Lages, em S. Catarina, até Castro, “estão destruindo, matando e queimando, roubando e fazendo retirar os moradores de medo de seus insultos”. Quando nos princípios do século XIX os fazendeiros de Guarapuava entram nos campos de Palmas, entram também em ativo contato com eles. Em 1808, a Carta Régia de 5 de novembro continha uma verdadeira declaração de guerra aos “índios dos Campos Gerais de Curitiba e de Guarapuava, assim como de todos os terrenos que desaguem no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai”. Em 1858 observou Avè-Lallement, no planalto catarinense, cortado pela estrada das tropas, que com o perigo permanente dos “bugres”, os fazendeiros viviam “constantemente numa espécie de pé de guerra”.

Parece, portanto, que tôdas essas áreas, ocupadas antes pelos guaranis até o grande êxodo jesuítico da terceira década do século XVII, foram reocupadas pelos caingangues no século seguinte.

Informo ao prof. França que o Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná está desenvolvendo um programa de pesquisas sobre os caingangues.

Quanto às sugestões metodológicas feitas pelo prof. França, desejaria apenas anotá-las, em referência à natureza da comunicação que apresentei. O método comparativo, que é, sem dúvida, fundamental nesses estudos históricos sociais, exige, para a validade de seus resultados, que as unidades a serem comparadas, sejam estudadas com os mesmos critérios metodológicos. A presente comunicação sobre o estudo de uma estrutura agrária, coloca o seu foco na análise dos elementos estruturais, na descrição da estrutura social, e nas mudanças desta estrutura, como resultante da interação com a sociedade global.

Reconheço que falta no tratamento do tema a precisão que se poderia conseguir com a quantificação estatística da produção e da repartição da renda. Seria um procedimento de comprovação precisa das afirmações deduzidas da massa documentária, e que não se encontra na comunicação porque seu autor não conseguiu elaborar.

**Ao Prof. Ady Ciocci:**

A resposta a esta pergunta foi dada pelo próprio interpelante, com a qual eu estou inteiramente de acordo.

Pelos critérios usados tradicionalmente na escola econômica do Brasil, considerava-se um “ciclo” como sendo um período de tempo em que predominava, como elemento estruturador de toda a economia nacional, a economia de um produto, que dava então nome ao “ciclo”. Foi, assim, o pau brasil, o açúcar, o ouro. A economia desses produtos realmente dominavam e, mesmo, formavam, a estrutura

econômica do Brasil, porque, sendo produtos de exportação numa economia colonial, na sua produção se comprometiam, direta ou indiretamente, tôdas as outras fôrças produtivas do país. Ora, o comércio de muares era uma destas fôrças produtivas secundárias, isto é, complementares a uma outra economia dominante: primeiro o ouro, depois o café. Não constituiu, portanto um "ciclo", no sentido em que essa palavra tem sido tradicionalmente conceituada na historiografia brasileira.

#### RESPOSTAS DA PROF<sup>a</sup>. ALTIVA PILATTI BALHANA

##### **Ao Prof. Guy de Holanda:**

Agradecemos as sugestões e esclareceremos que já há pesquisas em andamento no Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, sôbre núcleos coloniais de grupos confissionais dissidentes, inclusive os Menonitas.

Quanto aos estudos comparativos, seriam realmente interessantes, desde que fôsse possível a adoção de quadros de referência e métodos de pesquisa idênticos, pois cada um desses núcleos coloniais tem sua significação intimamente relacionada com o contexto no qual estão inseridos.

##### **A Prof<sup>a</sup>. Emília Viotti da Costa:**

Desejamos esclarecer que justamente êste estudo foi realizado tendo em vista não só a reavaliação dos fatores que concorreram para o fracasso das primeiras experiências de colonização nos Campos Gerais, como também a explicação do insucesso em têrmos de estrutura e de conjuntura econômica.

Assim, salientamos que o entrosamento dos alemães do Volga remanescentes, na conjuntura econômica do mate foi a solução para a sua sobrevivência e prosperidade.

Por outro lado foi bem ressaltada a importância do desenvolvimento de uma economia de mercado para o êxito e estímulo das novas iniciativas colonizadoras nos Campos Gerais.

Quanto a segunda parte da intervenção, pensamos não se tratar exatamente de inconsciência dos grupos dominantes em relação à realidade da colonização, mas talvez de natural reação negativa como atitude de defesa da sociedade de absorção em face de elementos novos. Isto ocorreu freqüentemente na história da imigração, não apenas no Brasil. Dêsse modo as apreciações condenatórias do Presidente Rodrigo Octávio em relação aos alemães do Volga, seriam explicadas em parte pela sua formação numa sociedade não afeita ao contáto com grupos numerosos de imigrantes e, portanto, menos predisposto a aceitá-los e compreendê-los nas suas dificuldades de adaptação.

**Ao Prof. Pedro Calmon:**

O argumento de história política que o Prof. Pedro Calmon aduziu ao nosso trabalho, na verdade reforça a assertiva de que o Presidente Rodrigo Octávio chegou ao Paraná, pré-munido de má vontade para com a colonização russo-alemã.

Creemos porém que além deste e outros já mencionados fatores de natureza extrínseca, o que melhor explica sua atitude é uma interpretação do ângulo antro-po-cultural. Um homem, saído de uma sociedade tradicionalmente pouco afeita aos contactos culturais com os novos elementos imigrados, teria por força de sua formação, certa dificuldade, e mesmo incapacitado, para compreender e aceitar aquêles imigrantes alemães procedentes do Volga. Agravada ainda a situação pelos problemas que estavam êles causando à administração da Província.

A informação do diário de viagens de D. Pedro II é válida, as terras eram e são deficientes. Em algumas áreas, o arenito aflora apenas revestido pelo campo e certos núcleos foram especialmente mal localizados como aquêles da colônia Sinimbú, na Palmeira. A má qualidade das terras lixiviadas, arenosas e ácidas, atuou de modo ponderável sobre o empreendimento, porém o que de fato o comprometeu foi a ausência ainda de uma estrutura econômica capaz de absorver e estimular a sua produção agrícola. Verificou-se, com os remanescentes, que mesmo a sua pequena produção de cereais, como o centeio, aveia, cevada, trigo sarraceno, não tinha mercado, estava fora dos hábitos alimentares da população local. Assim as colônias passaram a produzir apenas para o seu auto abastecimento. A produção de trigo em larga escala, que os governantes tanto haviam desejado não era possível naquelas terras, os outros cereais não tinham mercado, tudo contribuindo para a estagnação das colônias.

**Ao Prof. Eduardo d' Oliveira França:**

Muito agradecemos ao Professor França a atenção das suas reflexões sobre a nossa contribuição. A rica e variada gama de sugestões que formulou no sentido de alargar a compreensão das mudanças estruturais em termos de processo, até certo ponto de europeização da paisagem agrária mereceu a nossa atenção.

Quanto aos problemas de contacto são realmente numerosos mas não chegam a ser inquietante, pois as possibilidades de isolamento são hoje quase nulas. Por outro lado os mecanismos de resistência à integração foram muito atenuados pelo progresso dos estudos de relações sociais que revolucionaram os conceitos referentes ao processo assimilatório, não só quanto ao seu prazo, que foi dilatado, mas sobretudo no que diz respeito ao grau e a intensidade da assimilação que ganharam ampla elasticidade.

Atualmente se pensa com desembaraço que os problemas de assi-

**milção devem ser analisados, não mais como um processo de incorporação pura e simples do imigrante ao país de adoção, e sim como um processo de criação, do qual surgem novos complexos culturais.**

Por esta razão observando como os holandeses emprestam sua experiência aos brasileiros, russos-brancos e menonitas, como estes últimos auxiliam a adaptação dos russos-brancos recém chegados, nos permitimos a concluir que a síntese dos valores que tiveram permanência, integrada aos elementos básicos luso-brasileiros, dará por certo fisionomia própria e original à estrutura social dos Campos Gerais.